

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA (SC)
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)
EDITAL 001/2013 - CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IÇARA (SC)

PROVA ESCRITA**Conhecimentos Gerais**

1. A **ortografia** é o conjunto de regras que estabelecem a grafia correta das palavras, além de regulamentar o uso da crase, de sinais de pontuação e de sinais gráficos que destacam vogais Tônicas abertas ou fechadas. É **correta** a grafia das seguintes palavras:

- (I) reincidência, coincidência, reivindicar.
- (II) exceção, excesso, frustração.
- (III) ansioso, sicrano, empecilho.
- (IV) beneficiante, não-fumante, boa fé.
- (V) bahiano, desumano, cessão, sessão, seção.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

2. Com base na **ortografia** é **incorreto** afirmar que:

- (A) São parônimos: suar (transpirar) e soar (tilintar).
- (B) São homônimos homógrafos: concerto (reparo) e conserto (sessão musical).
- (C) São homônimos homógrafos: colher (substantivo) e colher (verbo: eu irei colher).
- (D) São homônimos perfeitos: cedo (advérbio) e cedo (verbo: eu cedo).
- (E) São sinônimos: antídoto e contraveneno. São antônimos: aberto e fechado.

3. A **crase** é a fusão de duas vogais da mesma natureza. É **correto** afirmar que são **casos obrigatórios de crase**:

- (I) Leve o livro à pessoa amada.
- (II) Vou à França. Vou à Gávea.
- (III) Referi-me à mulheres, e não à meninas. Ele é submisso à decisões do chefe.
- (IV) Agrediram-se à bofetadas. Pegaram-se à dentadas.
- (V) Pedi à ela que saísse. Daqui à algumas horas, ele chegará. Estamos dispostos à qualquer coisa. A certa altura, cansou-o à demora.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

4. É incorreto afirmar que são casos obrigatórios de crase:

- (A) Entregaram prêmios à primeira colocada. Fizeram elogios ao primeiro e à segunda aluna da classe.
- (B) Bife à milanesa. Seu estilo é à Érico Veríssimo (maneira). Fez alusão à Veja (revista).
- (C) Estavam cara à cara.
- (D) Vive à custa do pai. Às turras, seguiu para o baile.
- (E) Chegou às pressas. Eles se sentiram atraídos à primeira vista.

5. É correto afirmar que são casos proibitivos de crase:

- (I) Andava a pé. Pagamentos a prazo.
- (II) Chegamos a uma hora da manhã. (ou a 1h). O baile acabou a uma hora da madrugada.
- (III) Fizeram alusão aquela testemunha. Não dei importância aquilo.
- (IV) Esta é a festa a qual me referi. Deu valor as irmãs, as quais devia a vida.
- (V) Estava decidido a fugir. A partir de domingo, tomaremos tal providência. Isto convém a quem nada sabe.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

6. É correto afirmar que são casos específicos de crase:

- (I) Antes da palavra “distância”, quando indeterminada, haverá a crase (Fiquei à distância.).
- (II) Antes da palavra “casa”, como sinônimo de “lar”, haverá a crase (Chegou à casa cedo.).
- (III) Antes da palavra “terra”, como sinônimo de “terra firme, chão” (enfim, como oposição a “mar”) (A tripulação do navio desceu a terra.). Se o termo “terra” vier particularizado ou se referir ao “planeta”, haverá a crase (Os astronautas regressaram à Terra.).
- (IV) Se a palavra “distância” vier especificada, haverá a crase (Ele parou à distância de três metros.).
- (V) Se o termo “casa” vier particularizado, haverá a crase (Voltou à casa dos pais.).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

7. Com base na aplicação dos “porquês” é correto escrever:

- (A) Preciso saber por quê você grita assim. Não deixe de ler a matéria intitulada: “Por quê os corruptos não vão para a cadeia”. É impressionante!

- (B) O túnel por quê deveríamos passar desabou ontem (= pelo qual). Eu anseio por quê o dia da decisão logo chegue (= para que).
- (C) Sei que há algo errado porquê ninguém apareceu agora.
- (D) Não é fácil encontrar o por quê de toda essa confusão.
- (E) Creio que os verdadeiros porquês não vieram à luz.

8. Com base na aplicação dos “**porquês**” é **correto** escrever:

- (I) A forma “por que” leva acento porque?
- (II) Quero saber o por quê dos porques.
- (III) Por que “os porquês” levam acento?
- (IV) Ansiávamos por quê a guerra terminasse logo (= para que).
- (V) Ainda não terminou? Porque? Você tem coragem de perguntar porque?!

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

9. A **pontuação** tem extrema relevância no ato comunicativo. É **incorreto** afirmar que:

- (A) A vírgula (,) assinala que a voz fica em suspenso, à espera de que o período se complete (No céu fosco, pelo vão da janela, as estrelas ainda brilhavam.).
- (B) O ponto final (.) encerra um enunciado escrito (Eu estudei.).
- (C) O ponto e vírgula (;) denota em geral uma débil flexão suspensiva, suficiente, no entanto, para indicar que o período está concluído (Não sabe mostrar-se; magoada é toda perdão e carinho.) .
- (D) Os dois pontos (:) servem para marcar, na escrita, uma sensível suspensão da voz na melodia de uma frase não concluída (Eu lhe responderia: a vida é paixão...).
- (E) O ponto de interrogação (?) é o sinal que se usa no fim de qualquer pergunta direta (Você sabe a resposta?).

10. Com base nas normas dos sinais de **pontuação** é **correto** afirmar que:

- (I) Nas respostas que denotam surpresa, ou naquelas que têm endereço e resposta, empregam-se por vezes combinados o ponto de interrogação (!) e o ponto de exclamação (?) (Que negócio é esse: cabra falando?!).
- (II) O ponto de exclamação (!) é o sinal que se pospõe a qualquer enunciado de entoação exclamativa (Deus! Ó Deus! Onde estás que não respondes?).
- (III) As reticências (...) marcam uma interrupção da frase e, conseqüentemente, a suspensão da sua melodia (Agora é que entendo tudo: as atitudes do pai, o recado da filha... Eu caí numa cilada...).
- (IV) As aspas ([]) devem ser empregadas no início e no fim de uma citação para distingui-la do resto do contexto (O poeta espera a hora da morte e só aspira a que ela [não seja vil, manchada de medo, submissão ou cálculo].).
- (V) Empregam-se os parênteses ([]) para intercalar num texto qualquer indicação essencial (Mais uma vez [tinha consciência disso] decidia o seu destino.).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

11. A vírgula (,) é o sinal de pontuação que indica uma pausa de pequena duração, sem marcar o término do enunciado. É correta a aplicação da vírgula:

- (I) Para separar palavras e orações, dispostas em elementos numerados (Os homens chegam, olham, perguntam, e prosseguem.).
- (II) Para separar invocativos, opostos e predicativos (Ninguém, meu jovem, vai sair. José, juiz de Direito, é educado. Linda, e formosa quero-a).
- (III) Para separar orações intercaladas ou interferentes (Há, segundo afirmam, provas suficientes no processo.).
- (IV) Para separar certas expressões explicativas ou corretivas (O amor, isto é, o mais forte e sublime dos sentimentos humanos.).
- (V) Quando se tratar de orações subordinadas adverbiais (Quando saímos de lá, fomos para casa.).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

12. É correta a aplicação da vírgula:

- (A) Para separar orações unidas pela conjunção “e”, quando houver orações com sujeitos distintos (Aos poderosos nada, lhes devo.).
- (B) Para separar objeto direto ou indireto antecipado, em períodos compostos por orações pleonástica (Uma mão lava, a outra, e a poluição, suja as duas.).
- (C) Para separar certas conjunções, tais como: porém, pois, entretanto, portanto (Eles, contudo, abandonaram a cidade.).
- (D) Para separar adjuntos adverbiais (Os jovens, buscam a felicidade na novidade; os velhos, nos hábitos.).
- (E) Para indicar a supressão ou elipse do termo (Muitos espíritos, sem dúvida, passarão a duvidar.).

13. São casos especiais de concordância nominal:

- (I) Adjetivo posposto a dois ou mais substantivos (Casa e oficina antiga. Casa e oficina antigas.).
- (II) Substantivo modificado por dois ou mais adjetivos no singular (Época de novas atitudes e comportamentos. O famoso Jânio e Getúlio.).

(III) Adjetivo anteposto a um substantivo (Considerarei sua atitude e comportamento incorretos.).

(IV) Adjetivo como predicativo do objeto (A atitude prejudicou os comércios francês e italiano. A atitude prejudicou o comércio francês e o italiano.).

(V) Adjetivo composto (Discutiram-se as relações jurídico-tributárias.).

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

14. É incorreto afirmar que é caso especial de concordância nominal:

(A) Possível (Atitudes as piores possível.).

(B) Termos que permanecem invariáveis (Fiquem alerta!).

(C) Aposto (Paulo, primo de Andréia, foi ao parque.).

(D) Termos que concordam com o nome a que se referem (Aluna alguma disse o que ocorreu. Alunas algumas disseram o que houve. Alguns alunos foram reprovados.).

(E) “Um e outro”, “Nem um nem outro”, “Um ou outro”, seguidos de substantivo (Um e outro problema.).

15. São casos especiais de concordância nominal:

(I) “Grão” e “Grã” (Grão-duquesas. Grã-duques.).

(II) “Meio”, “Só”, “Bastante”, “Caro”, “Barato”, “Longe” (Eles, por si só, fizeram o trabalho. Levou-a a longe vales.).

(III) Sujeito em grau relativo (É preciso cautela.).

(IV) Concordância com nomes de cor (Comprou roupas verdes. Usava sapatos gelo.).

(V) Adjetivos compostos que indicam cores (Trajavam roupas na cor verde.).

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

16. Ao tratarmos sobre a formação de palavras é correto afirmar que:

(I) Chamam-se palavras primitivas as palavras que não se formam de nenhuma outra e que, pelo contrário, permitem que delas se originem novas palavras no idioma (fama, mar, novo, pedra).

(II) Denominam-se derivadas as que se formam de outras palavras da língua, mediante o acréscimo ao seu radical de um prefixo e um sufixo (mar, marinha, pedra, pedreiro).

(III) As palavras que possuem dois radicais, sejam primitivas, sejam derivadas, se denominam simples (famoso, marinha, renovar, empedrar).

(IV) São compostas as palavras que contêm mais de um radical (quebra-mar, guarda-marinha, pedra-sabão, pedreiro-livre).

(V) Denominam-se família de palavras o conjunto de todas as palavras que se agrupam em torno de um radical comum, do qual se formaram pelos processos de derivação ou de composição. (povoar, povoamento, despovoar, repovoamento).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

17. É correto afirmar que é caso especial (sujeito simples) de concordância verbal:

- (A) Substantivo coletivo (Já saíram o pessoal?).
- (B) “Mais de um” (Mais de um jogador foi suspenso pela Federação.).
- (C) Expressões partitivas (As maiorias dos funcionários chegou. As maiorias dos funcionários chegaram.).
- (D) Expressões aproximativas (Cerca de dez jogadores inscreveu-se no torneio.).
- (E) Locuções pronominais (Qual de nós representará o grupo?).

18. É correto afirmar que são casos especiais (sujeito composto) de concordância verbal:

- (I) “Com” (João, com os primos, viajaram ontem.).
- (II) “Cada” (Cada aluno, cada professor, cada coordenador tinha suas versões dos fatos.).
- (III) “Um e outro”, “Nem um nem outro” (Um e outros jogou futebol. Uns e outros jogaram futebol.).
- (IV) Sujeito composto de pessoas diferentes (Eu e meu irmão iremos ao espetáculo.).
- (V) Sujeito anteposto e sujeito posposto (O pai e os filhos levaram a televisão. Levaram a televisão o pai e os filhos. Levou a televisão o pai e os filhos.).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

19. Com base nas normas de acentuação gráfica é incorreto afirmar que:

- (A) São vocábulos oxítonos: armazém, harém, gambá, pajé, vatapá, freguês, convés, vovô, sutil, português, ruim, colecionador, saci, vinténs, Tarzã, desdém, má-criação.
- (B) São vocábulos paroxítonos: ímãs, bênção, ingênuo, mágoa, orquídea, feiura, himens.
- (C) São vocábulos paroxítonos: órfão, cônsul, elétron, pudico, ideia, paranoico, hifens.
- (D) São vocábulos proparoxítonos: oxítone, paroxítone.
- (E) São vocábulos proparoxítonos: arquétipo, condor, álcool, íterim, álibi, rubrica, paralelepípedo.

20. Com base nas normas de **regências nominal e verbal é correto** escrever:

- (I) Ele é bacharel de Direito. Ela é igual a eu.
- (II) Ele é curioso com tudo que vê. Ele está alienado com sua atividade política.
- (III) Ele era suspeito por um crime que não cometeu. Estava inclinado em aceitar o convite.
- (IV) Ajudou o amigo a resolver os exercícios. Ajudou ao amigo a resolver os exercícios.
- (V) Este direito não assiste ao acusado. Este direito não lhe assiste.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

21. É **correta a grafia** das seguintes palavras nas frases:

- (I) Ele é mais bom do que esperto. A casa é mais grande do que agradável.
- (II) Estamos, em princípio, dispostos a negociar. A princípio, tudo parecia um mar de rosas; depois, o relacionamento soçobrou em tempestade inconstante.
- (III) O juiz condenou-o a dois anos, ao invés três. O juiz absolveu o réu, em vez de condená-lo.
- (IV) Em rigor, não é esse o caminho. A rigor, não é esse o caminho.
- (V) Aonde você vai? O bairro onde você mora é tranquilo?

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

22. É **correta a grafia** das seguintes palavras nas frases:

- (A) Tiveram ideias a fim de durante o trabalho. Trouxe algumas flores afins nos agradar.
- (B) Não fazia coisa alguma se não reclamar. Senão houver aula, iremos ao cinema.
- (C) A ansiedade aumentava na medida em que o prazo ia chegando ao fim. À medida que os projetos foram abandonados, a população carente ficou entregue à própria sorte.
- (D) Não precisamos nos preocupar, eles trazem a pizza a domicílio. Dão-se aulas de violão em domicílio.
- (E) O cadáver estava há cerca de poucos metros do veículo colidido. Os primeiros colonizadores surgiram acerca de quinhentos anos. Haverá uma palestra a cerca das consequências das queimadas.

23. É **correta a grafia** das seguintes palavras nas frases:

- (I) Não consegui, mas tentou. É um dos municípios mais promissores da região.
- (II) Era previsível que ele se comportaria mal. Não é um mau sujeito.

(III) Mantenha-me ao par de tudo o que acontecer. As moedas fortes mantêm o câmbio praticamente a par.

(IV) Quando a viu, foi de encontro e abraçou-a. Suas opiniões sempre vieram ao encontro das minhas: pertencemos a mundos diferentes.

(V) Tais fatos aconteceram a dez anos. O lançamento do satélite ocorrerá daqui há duas semanas.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

24. É incorreta a grafia das seguintes palavras:

- (A) Incipiente (que está no início). Insipiente (ignorante). Estreme (puro). Extremo (distante). Concerto (harmonia). Conserto (reparo).
- (B) Incerto (duvidoso). Inserto (inserido). Empossar (dar posse). Empoçar (formar poça). Comprimento (extensão). Cumprimento (saudação).
- (C) Fragrante (evidente). Flagrante (aromático). Iminente (importante). Eminente (prestes a ocorrer). Cassar (perseguir). Caçar (anular).
- (D) Evocar (lembrar). Avocar (chamar). Docente (professor). Discente (estudante). Acender (pôr fogo em). Ascender (elevar-se).
- (E) Absolver (inocentar). Absorver (esgotar). Censo (recenseamento). Senso (raciocínio). Delatar (denunciar). Dilatar (alargar).

25. É correta a grafia das seguintes palavras:

- (I) Desapercebido (sem ser notado). Despercebido (desprevenido). Suar (produzir som). Soar (transpirar). Retificar (confirmar). Ratificar (corrigir).
- (II) Discriminar (inocentar). Discriminar (separar). Retaliar (revidar). Retalhar (cortar em pedaços). Preceder (vir antes). Proceder (agir).
- (III) Deferir (conceder). Diferir (ser diferente). Remição (resgate). Remissão (perdão). Pleito (disputa). Preito (homenagem).
- (IV) Seção (ato de ceder). Cessão (apresentação). Sessão (departamento). Mandato (ordem judicial). Mandado (procuração).
- (V) Subscrever (endereçar). Sobrescrever (assinar). Rescindir (repetir). Reincidi (dissolver). Indefeso (sem defesa). Indefeso (incessante).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

26. Analisando a planilha abaixo do Microsoft Excel 2010.

	A	B	C
1	20	6	9
2	10	7	10
3	5	8	9

O resultado da fórmula =SOMA(A1:C1)+C3, seria qual valor abaixo:

- (A) 44
- (B) 35
- (C) 28
- (D) 30
- (E) 32

27. Para excluir um arquivo definitivamente, sem enviá-lo para a lixeira, utilizando o sistema operacional Windows, devemos pressionar simultaneamente as teclas:

- (A) shift + delete;
- (B) ctrl + delete;
- (C) alt + delete;
- (D) F5+ delete;
- (E) ctrl + alt gr + delete

28. Em relação a unidade de medida utilizada na Informática, qual alternativa abaixo esta incorreta:

- (A) Um Byte é um conjunto de 8 bits
- (B) 1 Mbyte equivale a 1024 bytes.
- (C) 1 Gbyte equivale a 1024 Mbytes
- (D) Um disquete pode armazenar 1.44 Mbytes.
- (E) Um bit é sempre representado pelo numero 1 ou 0

29. No Excel para se calcular a média das células A1, A2 e A3, colocando o resultado na célula A4, a fórmula a ser digitada é:

A	B	C	D
5	7	8	

- (A) =media(A1:A3)
- (B) =media(A1,A3)
- (C) =media(A1-A3)
- (D) =media(A1,A2,A3)
- (E) =media(A1);(A2);(A3)

30. Para salvar um documento no Microsoft Word 2010, através das teclas de atalho, qual seria a combinação correta?

- (A) Ctrl + shift
- (B) Ctrl + F8
- (C) Ctrl + B
- (D) Shift + C
- (E) Shift + O

31. Uma empresa necessita de um browser para navegar na internet, um editor de textos e uma planilha de cálculos. Qual alternativa abaixo seria a mais correta?

- (A) Netscape, Microsoft Word, Flash
- (B) Internet Explorer, Microsoft Excel, Flash
- (C) Outlook, Microsoft Word, Microsoft Excel
- (D) Internet Explorer, Microsoft Word, Microsoft Excel
- (E) Netscape, Excel, Flash

32. Qual nome é aplicado para quando se deseja baixar um arquivo da Internet:

- (A) Download
- (B) Backup
- (C) Upload
- (D) Drive
- (E) Chat

33. O hardware de um computador é composto por periféricos. Qual alternativa abaixo tem um periférico apenas de entrada.

- (A) Mouse
- (B) Monitor
- (C) Impressora
- (D) HD
- (E) Disco magnético

34. Com relação ao Windows e seus componentes, assinale a alternativa incorreta:

- (A) o Scandisk permite verificar e corrigir erros em arquivos e pastas.
- (B) o Wordpad é um editor de texto.
- (C) O bloco de notas tem a função de banco de dados.
- (D) O Paint permite a construção de desenhos.
- (E) limpeza de disco permite que você limpe os arquivos desnecessários do computador.

35. Para abrir uma planilha no Excel através das teclas de atalho, qual seria a combinação correta?

- (A) Shift + A
- (B) Shift + C
- (C) Ctrl + A

- (D) Ctrl + C
(E) Tab + A

36. Mensagem recebida de propaganda por e-mail sem ser solicitada é denominada?

- (A) SPAM
(B) FTP
(C) HTTPS
(D) Chave
(E) Mensagem com erro

37. No Microsoft Word para copiarmos um texto selecionado, e em seguida, colá-lo em outra região do texto devemos usar quais combinações de teclas:

- (A) Ctrl-L e Ctrl-Z.
(B) Ctrl-C e Ctrl-V.
(C) Ctrl-L e Ctrl-X.
(D) Ctrl-V e Ctrl-Y
(E) Shift L e Shif P

38. No PowerPoint, quando pressionamos a tecla F5. Essa ação:

- (A) encerra o PowerPoint;
(B) abre uma nova apresentação vazia;
(C) retira a cor de fundo do slide corrente;
(D) faz o PowerPoint ir para o modo Apresentação de slides;
(E) insere um no novo slide

39. Para fazer uma quebra de página no Microsoft Word, usamos quais teclas abaixo?

- (A) Ctrl + Enter
(B) Ctrl + Shift
(C) Ctrl + f9
(D) Ctrl + f10
(E) Ctrl + Alt

40. Qual seria a fórmula correta para somar o valor das laranjas vendidas no mês de janeiro, fevereiro e março?

	A	B	C	D	E
1	VENDAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
2	LARANJA	500	600	900	

- (A) = A2 + B2 + C2
(B) = B2 + C2 + D2
(C) = C2 + D2 + E2
(D) = PROCV(A2:B2)

(E) =PROCV(A2:E2)

Conhecimentos Específicos

41. A Lei n° 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca que:

(I) Considera-se criança, para os efeitos da Lei n° 8.069/90, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas com dezoito anos de idade.

(II) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei n° 8.069/90, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

(III) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

(IV) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(V) Na interpretação da Lei n° 8.069/90 levar-se-ão em conta os fins econômicos a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

42. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

(A) O Conselho Tutelar é órgão provisório e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei n° 8.069/90.

(B) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, dois Conselhos Tutelares como órgão integrante da administração pública local, composto de quatro membros, escolhidos pela população local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

(C) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residir no município. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

(D) Decreto legislativo ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado somente o direito a cobertura previdenciária.

(E) Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

43. A Lei nº 8.069/90 destaca que são atribuições do Conselho Tutelar:

(I) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; representar junto à autoridade policial nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

(II) Encaminhar à Defensoria Pública notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

(III) Encaminhar à autoridade política os casos de sua competência.

(IV) Expedir notificações.

(V) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

44. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre atribuições do Conselho Tutelar é incorreto afirmar que:

(A) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, incisos I a VI da Lei nº 8.069/90 (medidas específicas de proteção), para o adolescente autor de ato infracional.

(B) Assessorar o Poder Judiciário local na elaboração da proposta orçamentária municipal para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

(C) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

(D) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

(E) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

45. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre direito à convivência familiar e comunitária destaca que:

- (I) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- (II) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei nº 8.069/90.
- (III) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de um ano, sem exceção.
- (IV) Os filhos que não são da relação do casamento ou os de adoção não terão os mesmos direitos e qualificações relativas à filiação.
- (V) O pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade policial competente para a solução da divergência.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
 (B) II e III estão corretas.
 (C) III e IV estão corretas.
 (D) IV e V estão corretas.
 (E) I e V estão corretas.

46. A Lei nº 8.069/90 ao dispor sobre direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, destaca que:

- (I) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos exclusivamente na Lei nº 8.069/90.
- (II) É dever exclusivo da família e do poder público velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- (III) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- (IV) O direito à liberdade compreende, dentre outros, os seguintes aspectos: ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (V) O direito à liberdade compreende, dentre outros, os seguintes aspectos: participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.

- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

47. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **direito à vida e à saúde**, é **correto** afirmar que:

- (A) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas econômicas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (B) É assegurado atendimento parcial à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- (C) O Sistema Único de Saúde (SUS) promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- (D) É facultativa a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- (E) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão facultativamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

48. A **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **direito à vida e à saúde** destaca que:

- (I) É assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento pré e perinatal.
- (II) A gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos gerais, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema Único de Saúde (SUS). A parturiente será atendida obrigatoriamente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- (III) Incumbe à sociedade propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- (IV) Incumbe à sociedade proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. A assistência deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.
- (V) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

49. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre direito à vida e à saúde é incorreto afirmar que:

(A) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

(B) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato; manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

(C) Os estabelecimentos de atendimento à saúde poderão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

(D) A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

(E) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

50. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer destaca que:

(I) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o direito de ser respeitado por seus educadores.

(II) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes, dentre outros, o direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, o direito de organização e participação em entidades estudantis e o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

(III) É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, porém, não podendo participar da definição das propostas educacionais.

(IV) O acesso ao ensino facultativo e gratuito é direito público objetivo.

(V) O não oferecimento do ensino facultativo pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

51. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer destaca que:

(I) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental poderão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.

(II) Os pais ou responsável têm a faculdade de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

(III) No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

(IV) Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

(V) O Município, com apoio do Estado-membro e da União, estimulará e facilitará a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

52. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, é correto afirmar que:

(A) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, facultativo e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

(B) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

(C) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.

(D) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a sete anos de idade.

(E) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares exclusivos de material didático-escolar.

53. A Lei nº 8.069/90 destaca sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho:

(I) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069/90. É proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

(II) Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. Ao adolescente aprendiz, com doze anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

(III) Ao adolescente até doze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

(IV) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho: noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

(V) A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

54. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre prevenção especial - da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos é incorreto afirmar que:

(A) O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.

(B) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. As crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas exclusivamente dos pais.

(C) As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto-juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

(D) Os proprietários, diretores, gerentes e funcionários de empresas que explorem a venda ou aluguel de fitas de programação em vídeo cuidarão para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente. As fitas a que alude este artigo deverão exibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.

(E) Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

55. A Lei n° 8.069/90 ao descrever sobre **prevenção especial - dos produtos e serviços** destaca que:

(I) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de armas, munições e explosivos, de bebidas alcoólicas e de bilhetes lotéricos e equivalentes, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

(II) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

(III) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

(IV) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado.

(V) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, mesmo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

56. A Lei n° 8.069/90 ao descrever sobre **prevenção especial - da autorização para viajar** destaca que:

(I) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.

(II) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

(III) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável.

(IV) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é indispensável, mesmo se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

(V) Sem prévia e expressa autorização policial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

- (C) III e IV estão incorretas.
 (D) IV e V estão incorretas.
 (E) I e V estão incorretas.

57. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **política de atendimento**, é **correto** afirmar que:

- (A) A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios.
 (B) São linhas de ação da política de atendimento as políticas econômicas básicas e as políticas e programas de assistência econômica, em caráter permanente, para aqueles que deles necessitem.
 (C) São linhas de ação da política de atendimento os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e econômico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão e o serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.
 (D) São linhas de ação da política de atendimento a proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente as políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do pátrio poder e a garantir o efetivo exercício do direito ao pátrio poder de crianças e adolescentes.
 (E) São linhas de ação da política de atendimento as campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do pátrio poder e à adoção, especificamente econômica, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

58. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **política de atendimento**, é **correto** afirmar que:

- (I) São diretrizes da política de atendimento a estadualização do atendimento e a criação de comissões municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos opinativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.
 (II) São diretrizes da política de atendimento a criação e manutenção de programas específicos, observada a desconcentração político-administrativa e a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados às respectivas comissões dos direitos da criança e do adolescente.
 (III) É uma das diretrizes da política de atendimento a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional.
 (IV) É uma das diretrizes da política de atendimento a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
 (V) A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse privado relevante e será remunerada.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
 (B) II e III estão corretas.

- (C) III e IV estão corretas.
 (D) IV e V estão corretas.
 (E) I e V estão corretas.

59. Com base na **Lei n° 8.069/90** ao tratar sobre **entidades de atendimento** é **incorreto** afirmar que:

- (A) As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: orientação e apoio sociofamiliar; apoio socioeducativo em meio aberto; colocação familiar; acolhimento institucional; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação.
- (B) As entidades governamentais e não governamentais poderão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento na Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade policial.
- (C) Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada dois anos, constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento, dentre outros, o efetivo respeito às regras e princípios da Lei n° 8.069/90, bem como às resoluções relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.
- (D) As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
- (E) Será negado o registro à entidade de atendimento que não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.

60. A **Lei n° 8.069/90** ao descrever sobre **entidades de atendimento** destaca que:

- (I) As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.
- (II) As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes faculdades, entre outras: comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (III) As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes faculdades, entre outras: oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
- (IV) As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes faculdades, entre outras: oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.
- (V) As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

61. A Lei n° 8.069/90 ao dispor sobre a família natural destaca que:

- (I) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- (II) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- (III) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- (IV) O reconhecimento não pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes. (Art. 26, parágrafo único, ECA).
- (V) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e prescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, com restrições, observado o segredo de Justiça. (Art. 27, ECA).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

62. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre família substituta, é correto afirmar que:

- (A) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei n° 8.069/90.
- (B) Obrigatoriamente, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. (Art. 28, § 1°, ECA).
- (C) Tratando-se de maior de quatorze anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. (Art. 28, § 2°, ECA).
- (D) Na apreciação do pedido não levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade. (Art. 28, § 3°, ECA).
- (E) Obrigatoriamente os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta. (Art. 28, § 4°, ECA).

63. A Lei n° 8.069/90 destaca ao tratar sobre família substituta que:

(I) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e, se possível, de acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, obrigatoriamente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política federal de garantia do direito à convivência familiar.

(II) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

(III) Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.

(IV) Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda facultativo que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Lei n° 8.069/90 e pela Constituição Federal.

(V) A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não governamentais, com autorização policial.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

64. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre guarda é incorreto afirmar que:

(A) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

(B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

(C) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.

(D) O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

(E) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato policial fundamentado, ouvido o Conselho Tutelar.

65. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre tutela destaca que:

(I) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até dezoito anos incompletos.

(II) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

(III) O tutor nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, conforme previsto no parágrafo único do artigo 1.729 da Lei nº 10.406/02 (Código Penal), deverá, no prazo de sessenta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle policial do ato, observando o procedimento previsto nos artigos 165 a 170 da Lei nº 8.069/90.

(IV) Na apreciação do pedido, serão observados os requisitos previstos nos artigos 28 e 29 da Lei nº 8.069/90, obrigatoriamente sendo deferida a tutela à pessoa indicada na disposição de última vontade, se restar comprovado que a medida é vantajosa ao tutelando, mesmo que exista outra pessoa em melhores condições de assumi-la.

(V) Aplica-se à destituição da adoção o disposto no artigo 24 da Lei nº 8.069/90.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

66. A Lei nº 8.069/90 ao dispor sobre adoção destaca que:

(I) A adoção de criança e de adolescente reger-se-á segundo o disposto na Lei nº 8.069/90.

(II) É vedada a adoção por procuração.

(III) O adotando deve contar com, no máximo, vinte e um anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

(IV) A adoção é medida ordinária e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

(V) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

67. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **adoção**, é **correto** afirmar que:

(A) Podem adotar os maiores de dezesseis anos, independentemente do estado civil. Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando. O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.

(B) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente, mesmo que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e mesmo que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e mesmo que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

(C) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. O consentimento não será dispensado em relação à criança ou adolescente mesmo que os pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.

(D) Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

(E) A adoção será precedida de guarda da criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade policial fixar, observadas as peculiaridades do caso.

68. A **Lei nº 8.069/90** ao destacar sobre **adoção** descreve que:

(I) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

(II) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, trinta dias.

(III) O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida.

(IV) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandato do qual se fornecerá certidão.

(V) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a mesmo mediante pedido de qualquer deles, não poderá determinar a modificação do prenome.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

69. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **prática de ato infracional e dos direitos individuais** é **incorreto** afirmar que:

(A) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

(B) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas na Lei nº 8.069/90. Para os efeitos da Lei nº 8.069/90, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

(C) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

(D) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

(E) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias.

70. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre garantias processuais destaca que:

(I) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

(II) É assegurado ao adolescente, entre outras garantias, o pleno e informal conhecimento da atribuição de crime, mediante citação ou meio equivalente.

(III) São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias, à igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa e a defesa técnica por conselheiro tutelar.

(IV) São asseguradas ao adolescente, entre outras garantias, a assistência judiciária, se possível gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei e o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

(V) É assegurado ao adolescente, entre outras garantias, o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

71. A Lei nº 8.069/90 ao dispor sobre medidas socioeducativas destaca que:

(I) A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

(II) Se necessário, será admitida a prestação de trabalho forçado.

(III) Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento coletivo e especializado, se possível, em local adequado às suas condições.

(IV) A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

(V) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

72. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre medidas socioeducativas, é correto afirmar que:

- (A) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas onerosas de interesse geral, por período não excedente a um ano, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- (B) Na prestação de serviços comunitários as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas diárias, sendo vedado aos sábados, domingos e feriados.
- (C) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, dependente de autorização policial.
- (D) No regime de semiliberdade são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.
- (E) No regime de prisão a medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

73. A Lei n° 8.069/90 ao destacar sobre liberdade assistida descreve que:

- (I) A liberdade assistida será adotada se possível quando se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.
- (II) A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual deverá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.
- (III) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- (IV) Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros, promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social e supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.
- (V) Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros, diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho e, se possível, apresentar relatório do caso.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

74. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre internação é incorreto afirmar que:

- (A) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em

desenvolvimento. Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

(B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

(C) Atingido o limite de três anos, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida. A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

(D) Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização policial, ouvido o Conselho Tutelar, podendo ser revista a qualquer tempo pela autoridade municipal.

(E) A medida de internação só poderá ser aplicada quando: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

75. A Lei nº 8.069/90 ao descrever sobre internação destaca que:

(I) O prazo de internação por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, não poderá ser superior a um ano, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

(II) Poderá ser aplicada a internação, mesmo havendo outra medida adequada.

(III) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

(IV) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

(V) É dever da família zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

76. A Lei nº 8.069/90 ao dispor sobre internação destaca que:

(I) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade.

(II) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada.

(III) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber visitas, ao menos, semestralmente (a autoridade policial poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente).

(IV) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, entrevistar-se pessoalmente com o representante da Defensoria Pública.

(V) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

77. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **internação**, é **incorreto** afirmar que:

- (A) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, peticionar diretamente a qualquer autoridade.
- (B) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, ser tratado com respeito e dignidade.
- (C) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, corresponder-se com seus familiares e amigos.
- (D) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber escolarização e profissionalização.
- (E) Não são direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade.

78. Com base na **Lei nº 8.069/90** ao tratar sobre **internação**, é **correto** afirmar que:

- (I) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, avistar-se, acompanhado de força policial, com seu defensor.
- (II) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus parentes.
- (III) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio coletivo.
- (IV) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social.
- (V) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

79. Com base na **Lei n° 8.069/90** ao tratar sobre **acesso à Justiça** é **incorreto** afirmar que:

- (A) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- (B) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de promotor público.
- (C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
- (D) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.
- (E) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

80. A **Lei n° 8.069/90** ao descrever sobre **juiz** destaca que:

- (I) A autoridade a que se refere a Lei n° 8.069/90 é o Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, na forma da lei de organização judiciária local.
- (II) A competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável ou pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.
- (III) Nos casos de crime, se possível, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (IV) A execução das medidas deverá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.
- (V) Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede federal da emissora ou rede, não tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo Estado-membro.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

81. A **Lei n° 8.069/90** destaca que a **Justiça da Infância e da Juventude** é competente para:

- (I) Conhecer de representações promovidas pela Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apuração de crime atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.
- (II) Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo e conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.

(III) Conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.

(IV) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

(V) Conhecer de casos encaminhados pela Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão incorretas.

(B) II e III estão incorretas.

(C) III e IV estão incorretas.

(D) IV e V estão incorretas.

(E) I e V estão incorretas.

82. É incorreto afirmar que a Lei n° 8.069/90 destaca que compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

(A) A entrada e permanência de criança ou adolescente, acompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.

(B) A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em bailes ou promoções dançantes.

(C) A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate ou congêneres.

(D) A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em casa que explore comercialmente diversões eletrônica e em estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

(E) A participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios e certames de beleza.

83. A Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre da perda e da suspensão do poder familiar destaca que:

(I) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

(II) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.

(III) É facultativa a oitiva dos pais sempre que esses forem identificados e estiverem em local conhecido.

(IV) O prazo máximo para conclusão do procedimento será de seis meses.

(V) A sentença que decretar a perda ou a suspensão do pátrio poder poderá ser averbada à margem do registro de nascimento da criança ou do adolescente.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

84. Com base na **Lei n° 8.069/90** é **incorreto** afirmar que são requisitos para a concessão de pedidos de **colocação em família substituta**:

(A) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.

(B) Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo.

(C) Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.

(D) Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, obrigatoriamente, duas cópias da respectiva certidão.

(E) Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

85. A **Lei n° 8.069/90** ao descrever sobre **colocação em família substituta** destaca que:

(I) Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do pátrio poder, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este deverá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, tendo obrigatoriamente a assistência de advogado.

(II) Na hipótese de concordância dos pais, esses serão ouvidos pela autoridade judiciária e pelo representante do Ministério Público, tomando-se por termo as declarações.

(III) O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida.

(IV) O consentimento dos titulares do pátrio poder será colhido pela autoridade policial competente em audiência, presente o representante da Defensoria Pública, garantida a livre manifestação de vontade e esgotados os esforços para manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.

(V) O consentimento é irreatável até a data da publicação da sentença constitutiva da adoção.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) III e IV estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.

86. A **Lei n° 8.069/90** ao dispor sobre a **apuração de ato infracional atribuído a adolescente** destaca que:

(I) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado ao Conselho Tutelar.

(II) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

(III) Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em coautoria com maior, prevalecerá a atribuição da

repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria.

(IV) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

(V) Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Conselho Tutelar, juntamente com duas cópias do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

87. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre apuração de ato infracional atribuído a adolescente, é incorreto afirmar que:

(A) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

(B) Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas.

(C) Se os pais ou responsável não forem localizados, a autoridade policial dará curador especial ao adolescente.

(D) A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

(E) Sendo o fato grave, passível de aplicação de medida de internação ou colocação em regime de semiliberdade, a autoridade judiciária, verificando que o adolescente não possui advogado constituído, nomeará defensor, designando, desde logo, audiência em continuação, podendo determinar a realização de diligências e estudo do caso.

88. Com base na Lei n° 8.069/90 ao dispor sobre a apuração de ato infracional atribuído a adolescente é correto destacar que:

(I) A autoridade judiciária poderá aplicar medidas, mesmo reconhecendo na sentença estar provada a inexistência do fato.

(II) A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença não haver prova da existência do fato.

(III) A autoridade judiciária não aplicará qualquer medida, desde que reconheça na sentença não constituir o fato ato infracional.

(IV) A autoridade judiciária poderá aplicar medidas, mesmo reconhecendo na sentença não existir prova de ter o adolescente concorrido para o crime.

(V) A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semiliberdade será feita ao exclusivamente ao seu defensor e quando não for encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor. Sendo outra a medida aplicada, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do adolescente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

89. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre apuração de irregularidades em entidade de atendimento é incorreto afirmar que:

(A) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.

(B) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

(C) Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição.

(D) Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária deverá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será suspenso, com julgamento de mérito.

(E) A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento.

90. A Lei n° 8.069/90 ao descrever sobre apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente destaca que:

(I) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação da Defensoria Pública, ou da Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por três testemunhas, obrigatoriamente.

(II) O requerido terá prazo de trinta dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado na presença do requerido.

(III) O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita por oficial de justiça ou funcionário legalmente habilitado, que entregará cópia do auto ou da representação ao requerido, ou a seu representante legal, lavrando certidão.

(IV) O requerido terá prazo de dez dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação, que será feita por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal ou por edital, com prazo de trinta dias, se incerto ou não sabido o paradeiro do requerido ou de seu representante legal.

(V) Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, a autoridade policial dará vista dos autos da Defensoria Pública, por dez, decidindo em igual prazo. (Art. 196, ECA).

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

91. A Lei n° 8.069/90 ao dispor sobre **habilitação de pretendentes à adoção** destaca que:

(I) Os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste, dentre outros: qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

(II) Os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual conste, dentre outros: comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível.

(III) Intervirá no feito, facultativamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterà subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios da Lei n° 8.069/90. (Art. 197-C, *caput*, ECA).

(IV) É facultativa a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

(V) A recusa sistemática na adoção das crianças ou adolescentes indicados importará na reavaliação da habilitação concedida.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

92. Com base na Lei n° 8.069/90 ao tratar sobre o **Ministério Público** e o **advogado**, é **correto** afirmar que:

- (A) Compete ao advogado, dentre outras, promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- (B) Compete ao advogado, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.
- (C) A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata a Lei n° 8.069/90, através de promotor de Justiça, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça, se possível.
- (D) Será prestada assistência judiciária parcial e onerosa àqueles que dela necessitarem.
- (E) Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

93. A Lei n° 8.069/90 ao destacar sobre proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos descreve que:

- (I) A Defensoria Pública poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a trinta dias úteis.
- (II) Se, no exercício de suas funções, os juízos e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura de ação penal, remeterão peças à Defensoria Pública para as providências cabíveis.
- (III) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa da Defensoria Pública, prestando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto de ação penal, e indicando-lhe os elementos de convicção.
- (IV) Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimados, dentre outros, as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pela Lei n° 8.069/90, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.
- (V) A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

94. Com base na Lei n° 8.069/90 é incorreto afirmar que é infração administrativa:

- (A) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

- (B) Hospedar criança ou adolescente acompanhado dos pais ou responsável, ou com autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão ou congênere.
- (C) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- (D) Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável.
- (E) Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar. (

95. Com base na Lei n° 8.069/90 é correto afirmar que é infração administrativa:

- (I) Afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
- (II) Efetuar o cadastramento de crianças e de adolescentes em condições de serem adotadas, de pessoas ou casais habilitados à adoção e de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar.
- (III) O responsável pelo estabelecimento ou o empresário observar e cumprir o que dispõe a Lei n° 8.069/90 sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
- (IV) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
- (V) Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

96. A Lei n° 8.069/90 destaca que são crimes em espécie:

- (I) Na Lei n° 8.069/90, o Capítulo “Dos Crimes” dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, não considerando o disposto na legislação penal.
- (II) Aplicam-se aos crimes definidos na Lei n° 8.069/90 as normas da Parte Geral do Código Administrativo, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Administrativo.
- (III) Os crimes definidos na Lei n° 8.069/90 são de ação pública incondicionada.
- (IV) Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

(V) Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão incorretas.
- (B) II e III estão incorretas.
- (C) III e IV estão incorretas.
- (D) IV e V estão incorretas.
- (E) I e V estão incorretas.

97. Com base na Lei n° 8.069/90 é correto afirmar que são crimes em espécie:

- (A) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão em flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- (B) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- (C) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a elogios.
- (D) Cumprir, justificadamente, prazo fixado na Lei n° 8.069/90 em benefício de adolescente privado de liberdade.
- (E) A autoridade competente, com justa causa, ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.

98. A Lei n° 8.069/90 destaca que são crimes em espécie:

- (I) Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista na Lei n° 8.069/90.
- (II) Exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.
- (III) Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício do direito do adolescente privado de liberdade, entre outros, de avistar-se reservadamente com seu defensor.
- (IV) Transportar criança ou adolescente, por qualquer meio, com inobservância do disposto nos artigos 83, 84 e 85 da Lei n° 8.069/90, que trata sobre autorização para viajar.
- (V) Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) I e V estão corretas.

99. Com base na Lei n° 8.069/90 é incorreto afirmar que são crimes em espécie:

- (A) Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem.

(B) Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

(C) Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.

(D) Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

(E) Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

100. A Lei n° 8.069/90 destaca que são crimes em espécie:

(I) Submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

(II) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo.

(III) Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

(IV) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

(V) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de dezoito anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

Assinale a alternativa correta:

(A) I e II estão corretas.

(B) II e III estão corretas.

(C) Todas estão corretas.

(D) IV e V estão corretas.

(E) I e V estão corretas.